

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: O CASO BRASILEIRO

*Márcio Rogério Silveira**

Quando se fala em mundo, está se falando sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas.

Milton Santos

A partir do final do século XV e início do século XVI, com a descoberta de um novo continente, fruto das expansões marítimas, a integração entre os povos trouxe uma série de conseqüências para a civilização mundial, já que antes a interligação entre os continentes nunca fora alcançada totalmente e agora é usada para a dominação dos mais fortes (Metrópoles) sobre os mais fracos (colônias). Esse processo de integração econômica vem sendo contínuo¹ na história, mas após a Segunda Guerra Mundial, com a evolução dos meios de comunicações (telecomunicações e transportes²), a integração tomou outro sentido, intensificando as relações econômicas continentais e intercontinentais, sendo a década de 1950 o marco inicial dos processos de integração econômica ocorrido na Europa, com a formação de acordos comuns entre países integrantes, como a CECA (Comunidade Européia do Carvão), CEEA (Comunidade Européia da Energia Atômica) e a CEE (Comunidade Econômica Européia).

A integração econômica é definida como um novo espaço econômico que procura ampliar as fronteiras entre dois ou mais Estados nacionais com o objetivo de desenvolver a livre circulação de bens e serviços dentro da área integrada, e também promover a defesa de interesses comuns contra outros blocos e países. Assim, poderá haver um maior intercâmbio comercial com a crescente desregulamentação das barreiras que impedem o livre trânsito das

* Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e mestrando na Universidade Estadual Paulista – UNESP de Presidente Prudente.

¹ Já para HIST & THOMPSON (1998: 15) “A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes: é uma das diversas conjunturas ou estados da economia internacional que existiram desde que uma economia baseada na tecnologia industrial moderna começou a ser generalizada a partir dos anos 1860. Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914”.

² Navios graneleiros, petroleiros, aviões a jato, trens a diesel, diesel-elétrica, etc.

mercadorias e dos serviços, passando a formar uma dimensão mais ampla, havendo mais cooperação, coordenação, e maior harmonização para que o produto possua livre trânsito, acentuando-se o estabelecimento de uma nova divisão territorial e social do trabalho entre os membros participantes.

As idéias mais recentes sobre o processo de integração econômica, aliada às tendências globalizantes, estão diretamente relacionada à teoria do comércio internacional, que se preocupa principalmente em fomentar o crescente trânsito dos círculos produtivos, comerciais e financeiros³, sendo uma reação capaz de impulsionar o capitalismo central, tirando-o da crise.

Vale ressaltar que, o padrão de comércio pode ser influenciado pelo comportamento estratégico das empresas, tornando-as mais competitivas. Esse fator proporciona uma capacidade inovadora dos produtos, obtendo então aumento nos rendimentos e diferenciação dos produtos, com isso o Estado nacional não é mais o único espaço de localização das indústrias, pois podem surgir incentivos para a concentração dos setores de economias de escala em outras regiões, como as ZPEs (Zonas de Processamento de exportação): as Zonas Francas; e as regiões das Maquilas no norte do México, na qual a mão-de-obra barata mexicana serve para montar produtos criados nos EUA. Confirmando a colocação de OLIVEIRA (1993: 37) "*A su vez, podrían ocurrir equilibrios múltiples que dependen esencialmente de la relación entre los costes de producción y las barreras comerciales*".

Na atual conjuntura neoliberal, a formação de blocos econômicos envolvendo países subdesenvolvidos, tem levado os mesmos a uma forte desregulamentação, favorecendo a abertura de seus mercados, ocasionando uma homogeneização de regras quanto ao tratamento a ser dado aos investimentos estrangeiros, e levando a extinção dos subsídios para as indústrias nacionais, deixando-as debilitadas frente a concorrência internacional. O que se pode notar é que há falta de integração entre estes países em diversos setores, principalmente no setor social, que convive com constantes quebras das empresas nacionais, privatizações e demissões nos setores públicos. Todo esse processo vem diminuindo o aquecimento econômico, e aumentando o desemprego que, por conseguinte leva ao crescimento dos segmentos marginais (no caso do Brasil os sem-teto, os

³ "O mais forte dentre os poderes privados que tendem a regular os setores essenciais da vida internacional é provavelmente o setor financeiro (bancos, sociedades de investimento, companhias de seguro, cambistas) e notadamente o setor bancário, que assegura o essencial dos empréstimos internacionais e desempenha nos domínios monetários e financeiro um papel ainda mais importante que o do FMI" (BADIE & SMUTS, 1992: 137) apud (SANTOS, 1996: 167).

sem-terra e os sem-trabalho), que não participam da vida econômica, social e política do país.

A integração, na realidade, não afeta por igual todas as partes de um país. Num contexto de livre jogo há uma tendência que os centros comerciais e industriais drenem as suas periferias, atraindo para si os capitais, força de trabalho mais jovem e concorrência em termos de mercadorias. Assim, os benefícios dos centros se dariam em detrimento das áreas periféricas (LINS, 1996). Como no caso brasileiro, que possui regiões pouco desenvolvidas (Norte e Nordeste), que não está totalmente integrada aos principais mercados do Mercosul, em contraste com uma região mais desenvolvida (Sul e Sudeste), que participa ativamente do comércio com os principais países desse bloco.

No Brasil, como em muitos outros países subdesenvolvidos, a economia de mercado (oligopolizada), está entrando no país, e a sociedade civil não tem a oportunidade de escolher qual a melhor alternativa, qual a melhor forma de integrar-se a uma sociedade que se torna cada dia mais globalizada. Ressaltamos também, que a economia de mercado é representada pelos oligopólios internacionais, que estão em constante conflito com os oligopólios nacionais, conflito esse intensificado após a abertura econômica, iniciada no governo Collor e que se acentua no governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, o setor industrial nacional vem sofrendo terríveis baixas na disputa injusta com as empresas internacionais, intensificando a relação centro-periferia e acentuando o imperialismo.

1. A idéia de Globalização expande-se após o fim do Pacto de Varsóvia

O adjetivo Global (PORTER, 1986), surgido no começo dos anos 1980, nas grandes escolas de administração de empresas dos Estados Unidos, e que em pouco tempo invadiu o discurso neoliberal, procura designar uma nova tendência onde as grandes empresas procuram delegar parte de seu poder às suas filiais espalhadas pelo mundo, para melhorar sua eficiência, especializando sua produção no mercado local através das empresas transnacionais, e levar seus produtos industrializados aos mais remotos lugares, onde a concorrência deve se dar globalmente. Diante disto, percebemos que as grandes empresas dos países preferenciais, procuram estimular o "globalismo", unindo-se em torno de interesses para um mundo sem fronteiras, aproveitando-se da multiplicação de novas tecnologias, para exercer múltiplas vantagens, sobre as indústrias em outros países. Assim podemos afirmar que o ideal de mundo sem fronteiras, proposto pelos

neoliberais, se refere as relações externas dos países centrais com o resto do mundo. Portanto, observamos nos EUA e Japão, medidas protecionistas em seus mercados, enquanto incentivam o liberalismo no mercado dos países periféricos.

Neste sentido, com a dissolução do Bloco Soviético⁴ e o fim do Pacto de Varsóvia, no final dos anos 1980, rompeu-se o principal obstáculo que segurou, por vários anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a consolidação do escopo neoliberal: a implantação da globalização em uma maior parte do planeta, tendo agora, um grande mercado consumidor (países do Leste Europeu e os integrantes da extinta União Soviética), e de mão-de-obra qualificada e barata. A globalização⁵ representa claramente a intensificação das tendências liberalizantes da economia mundial, incentivadas pelos países centrais. Mas estes, mesmos para proteger seus mercados, passaram a acentuar medidas protecionistas, criando assim uma profunda contradição, que vem confirmar ainda mais o conceito de imperialismo (HOLLANDA FILHO, 1998).

Constatamos também, com as mudanças ocasionadas pelas novas políticas de mercado, que a grande maioria dos países periféricos estão realizando privatizações, colocando as indústrias estatais nas mãos de consórcios, formados principalmente por empresas internacionais. Os grupos que estão adquirindo as estatais irão, a partir desse momento, comprar equipamentos para manutenção e ampliação das indústrias no mercado internacional, ocasionando uma fuga de capitais e uma "quebradeira" generalizada nas indústrias nacionais de equipamentos, ligadas direta ou indiretamente as estatais, aumentando, sobretudo o desemprego. Este se acentuou também pela falência das indústrias nacionais, devido à abertura das fronteiras que traz tanto as indústrias internacionais, quanto produtos em condições de desigual competitividade.

⁴ Devido a crises cíclicas da economia mundial, e que também afeta os socialistas e a disputa com os Estados Unidos, no campo da Guerra Fria pela sofisticação de equipamentos militares, fez a URSS ceder às pressões e aceitar ajuda externa, implantando a abertura e tirando do Estado o controle sobre a economia (Glasnost e Perestroika), dando iniciativa a desestruturação de um mundo Bipolar e rumando para outro sistema, onde a globalização deixa de ter um papel coadjuvante para exercer o papel principal na nova ordem mundial.

⁵ "(...) a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização que alcança um novo patamar. Agora se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização" (SANTOS, 1996: 163).

Portanto, o desemprego estrutural, acentua-se na periferia em pleno momento que o centro do sistema capitalista vem demonstrando sinais de aquecimento. Com isso, em muitos países subdesenvolvidos tem-se aumentado a especulação, a diminuição dos investimentos, e até mesmo dificultando a organização dos trabalhadores em busca de alternativas capazes de estabelecer o equilíbrio. Outro agravante é a intensificação da tecnologia internacional, criando um cruel processo de desemprego, tendo forte importância neste fator à chamada "automatização", na qual a máquina adquire uma maior autonomia na realização de tarefas elementares, e o trabalho se torna cada vez mais indireto.

Todo este processo denominado globalização, tende a representar um só interesse, a dos grandes centros políticos, comerciais, produtivos e financeiros, com a finalidade de transformar a economia mundial em simples fluxos de circulação de mercadorias, capitais e serviços, para que esses se tornem cada vez mais acessíveis. Confirmando o escopo globalizante, que "visa conseguir a abertura indiscriminada dos mercados nacionais e assim a quebra da reserva de mercado, 'a desindustrialização' e a diminuição da soberania (...)" (MAMIGONIAN apud SANTOS, 1996: 195), ou seja, um espaço sem fronteiras, subordinado ao centro do sistema capitalista, onde se concentram os centros políticos, comerciais, produtivos e financeiros.

2. A América Latina e sua inserção no modelo integracionista

Na América Latina, também se procura formar blocos econômicos, esses se intensificam logo após a Segunda Guerra Mundial, em contrapartida à formação de blocos na Europa. Em 1960 cria-se a primeira tentativa, a ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio), e a seguir procurou-se obter outros acordos comerciais como a ALADI (Associação Latino-americana de Integração) em 1980, o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) em 1986, estimulando as relações comerciais entre Brasil e Argentina, e logo em seguida com a inserção do Paraguai e Uruguai, forma-se o Mercosul (Mercado Comum do Sul), assinado em Assunção em março de 1991, e ratificado em dezembro de 1994 pelo protocolo de Ouro Preto. Em julho de 1996 completam o Mercosul, a Bolívia e o Chile dando mais sustentação a integração econômica dos países da América do Sul.

A formação do Mercosul, que tinha como um dos principais objetivos, aumentar a competitividade dos países integrantes frente a outros blocos econômicos, não foi cumprida, e o que temos hoje é um aumento do

comércio entre os países integrantes, em detrimento do aumento das exportações com os países centrais e outros blocos, que diminuíram. O Brasil e os outros países do Mercosul aumentaram suas importações, principalmente do NAFTA e da União Européia, e por isso quase todos os países do bloco apresentam um déficit comercial, causado acima de tudo pela política econômica adotada por estes.

Mesmo após incansáveis tentativas de implantar áreas de livre comércio na América Latina se concretizarem com o Mercosul, o Pacto Andino e o SAFTA (Mercosul + Pacto Andino), começam a surgir novas discussões para formação de um bloco econômico que envolva agora toda a América: a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que deverá tornar mais crítica a situação dos Estados nacionais integrantes dos blocos Latino-americanos, já que com a implementação da ALCA, haverá uma drástica redução das tarifas para as importações de produtos Norte-americanos, e a prevalência de um custo de produção (custo-país) ainda significativamente maior no Brasil e na Argentina, podendo redirecionar investimentos para o próprio EUA, que quando necessário, irá acessar mão-de-obra barata mexicana, podendo facilmente constituir-se numa plataforma exportadora para a América Latina.

O verdadeiro interesse do EUA em quebrar as barreiras não é mais os carros japoneses ou seu desemprego, e sim resolver o seu problema de déficit na balança comercial, que em 1996 foi de *160 bilhões de dólares*, sendo que suas exportações para outros continentes vinham caindo e a solução encontrada foi expandir as exportações para o continente americano. Vale ressaltar que as exportações do EUA para os países do Mercosul cresceram 160% de 1990 a 1995. Portanto, a política de levar seus produtos a outros blocos econômicos, principalmente os que se encontram na América, fez o EUA em 1998, pela primeira vez em muitos anos fechar sua balança comercial com saldos altamente positivos.

3. O Brasil frente aos interesses internacionais

Decorrente dos ciclos de expansão e contração que sofre a economia mundial, ou seja, o capitalismo industrial, alguns países aprenderam a lidar com as fases recessivas, substituindo as importações e assim fomentando um "crescimento para dentro". O Brasil como um destes países vem passando por consecutivos processos de substituição de importações, começando desde a primeira fase depressiva do capitalismo industrial (1815-1848), com a substituição, acontecendo no nível da diversificação da produção no

interior das fazendas de escravos (unidades produtivas básicas). Como outros períodos depressivos viriam, a substituição de importações continuaria acontecendo, por conseguinte, sucede-se a segunda fase depressiva (1873-1896), com a substituição passando do interior das fazendas para o quadro urbano, com a proliferação de unidades artesanais, não mais para o autoconsumo, mas agora para o mercado dos principais centros urbanos (RANGEL, 1985). A terceira depressão (1921-1948) faz desembocar no Brasil outro período de substituição de importação, surgindo na década de 1930 à industrialização do Brasil (MAMIGONIAN, 1969). Esta fase exige, mais do que nunca, a participação do governo na implantação pioneira das infra-estruturas econômicas e sociais, na qual um dos primeiros passos foi a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Com o governo de Juscelino Kubitschek, envolto a construção de Brasília, o Brasil vê crescer a implantação das indústrias multinacionais. Já nas décadas de 1960 e 1970, por causa do golpe de 1964, o panorama econômico do país mudou, e o Brasil passou a ingressar no processo financeiro global pela tomada de recursos públicos e privados estrangeiros (FMI, BIRD e BID), ocorrendo então o surgimento do capitalismo financeiro brasileiro – correção monetária, BNH, poupança, e o financiamento dos créditos de suprimentos (*Eximbanks* americano e japonês) e de bancos privados que foram encorajados devido, principalmente, a euforia dos mercados de eurodólares.

As duas crises do petróleo que se sucederam nos anos de 1973 e 1978, marcaram a entrada da economia mundial na fase "b" do 4º Kondratieff (1973/...), afetando a economia brasileira, que reagiu novamente procurando "crescer para dentro" e apresentando um superávit comercial. No entanto, a inflação apresentou índices exorbitantes devido ao endividamento externo e interno.

"Nikolai Kondratieff, economista russo, descobriu na década de 20, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos desde fins do século XVIII até início do século XX, que a economia capitalista industrial caracterizava-se por conter e se condicionar aos ciclos longos com 50 anos de duração aproximada, sendo a primeira metade ascendente (fase 'a') e a segunda depressiva (fase 'b') nas fases ascendente eram postas em prática invenções tecnológicas básicas, que elevam fortemente a produtividade do trabalho (máquina a vapor para a 1ª revolução industrial), e sendo paulatinamente estendidas a toda economia acabavam baixando a taxa de lucro, desestimulando os investimentos e provocando uma fase de depressão (fase b do ciclo longo), na qual novamente eram gestadas mudanças tecnológicas básicas, que postas em prática elevam a taxa de lucro, garantindo a retomada dos investimentos e da expansão (fase a do novo ciclo longo)" (MAMIGONIAN, 1987: 65-6).

Nesse período depressivo a dominação do capitalismo financeiro, que veio com a globalização, levando a diminuição e eliminação das barreiras alfandegárias para a entrada de produtos, serviços e capitais especulativos, desestruturando a tradição do modelo de substituição de importações, que proporcionava ao Brasil desenvolver-se para dentro e que agora se esgota. Desta forma o protecionismo que vigorou nas fases recessivas dos ciclos anteriores não acontece mais, e o Brasil nesta nova fase integra-se ainda mais a DIT (Divisão Internacional do Trabalho). Devido estas séries de medidas o país vem sofrendo o peso da crise que assola o mundo, sem ter um projeto de desenvolvimento industrial capaz de amenizar as dificuldades desta nova fase recessiva. Agora o país passa a atuar sobre os princípios do novo liberalismo.

Entre os anos de 1995 e 1997, houve uma entrada no país de capitais, correspondendo cerca de US\$ 48 bilhões⁷. Evidentemente, grande parte dessa massa de investimentos segue ao planejamento de aplicações, associações aos investidores brasileiros, e a compra de empresas nacionais, afirmando que o Plano Real convive com problemas, que levam ao desmantelamento das indústrias brasileiras. O grande fluxo de investimentos no país, em um período curto de tempo, ocorreu devido à compra das empresas nacionais por sócios estrangeiros⁸, que sofreu forte reação dos setores industriais que definiram como um leilão das empresas brasileiras. Mas são as empresas estatais superinvestidas que vem sofrendo com as privatizações realizadas pelo governo FHC. Outro ponto que compromete as privatizações são os escândalos dentro do governo, levantando suspeitas de favorecimento para a compra das estatais por parte dos grandes grupos estrangeiros e nacionais.

Em 1995, 300⁹ empresas aceitaram participações ou foram compradas por investidores estrangeiros. Em 1996 este número chegou a mais de 600 empresas. E mesmo antes desses índices aumentarem, a Fundação Getúlio Vargas calculou que, de 1996 a 1997, mais de mil empresas com

⁷ GRIEGO, 1997, p. 153 e Carta Capital, 15 de março de 2000, p. 21.

⁸ Podemos destacar entre tantos casos, dois nas agroindústrias do Sul do país, como a CEVAL (pertencente ao grupo HERING de Blumenau) que foi vendida para o grupo holandês BUNGE em 1997, por US\$ 211 milhões, a FRANGOSUL do Rio Grande do Sul que em 1998 foi vendida para a empresa francesa DOUX e a empresa de tubos e conexões em PVC FORTILIT que foi comprada pelo grupo suíço AMANCO. Nas associações podemos destacar a Jointventure feita pelo grupo JORGE ZANATTA de Criciúma com uma empresa americana ITW, para a fabricação de rótulos plásticos.

⁹ GRIEGO, Francisco de Assis. O Brasil e a Globalização Econômica. São Paulo: Aduaneiras, 1997, p. 188.

faturamento superior a US\$ 80 milhões e responsável por 25% do PIB industrial, passaram para os investidores estrangeiros¹⁰.

A abertura econômica levou as empresas e indústrias a adotar enxugamentos físicos, melhorar a aplicação do capital valorizado pelo Real e caro pelos juros altos; reformulação gerencial; adaptação ao modelo internacional de qualidade total e emprego de novas tecnologias. O Plano Real, todavia, teria problemas: com o aumento do desemprego estrutural, que tem um exemplo claro nas indústrias calçadistas, têxteis e de confecção. No entanto, por causa da imposição de regras de renovação e de competição no mercado interno e externo levou as empresas a resultados corretivos, mas que ainda mantém o setor em decadência em vista aos anos anteriores a 1993.

"O Plano Real, nessa área ligada ao exterior e a globalização trouxe vinculações e obrigações junto à Organização Mundial de Comércio, tais como monitoramento de restrições tarifárias, cotas e outras barreiras não-tarifárias". (GRIECO, 1997: 188).

As alíquotas de importação para têxteis e confecções¹¹ (um dos setores mais fortes do Estado de Santa Catarina, principalmente no Vale do Itajaí e Sul do Estado) sofreram reduções verticais, caindo de 105% para 20% em janeiro de 1995, sendo fechadas centenas de fábricas, calculando-se em 100 mil o número de empregados despedidos.

Antes da entrada do Brasil na nova ordem mundial, o protecionismo garantiu a posse dos mercados internos à muitas empresas nacionais, na qual alguns setores formaram oligopólios como o automobilístico (tarifas de 70%

¹⁰ Das cem maiores empresas do país, 27 eram estrangeiras e 27 familiares nacionais em 1990, as primeiras com 26% da receita total e as segundas com 23%. Em 1998, 34 das 100 maiores empresas eram estrangeiras, com 40% da receita e 26% familiares nacionais, com 17% da receita. (Carta Capital, 15 de março de 2000, p. 21).

¹¹ Segundo a Abit/Sndtêxtil entidade representativa do setor, existem no país 18.400 empresas têxteis e de confecção, 70% são pequenas e microempresas e, no seu conjunto, empregam quase 2 milhões de pessoas, fabricam 1 milhão de toneladas, alcançando em 1995, uma soma de 4,1 bilhão de peças de vestuário, e em 1994 faturou US\$ 23 bilhões. A produção de fibras têxteis produzidas pelo Brasil em 1996 chegou aproximadamente a 849.000 toneladas, enquanto consumiu 390.000, mostrando uma queda significativa em relação a 1995. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o Brasil é o 6º maior produtor e o 10º maior consumidor de algodão.

Esse setor também é importante para a geração de empregos, pois a geração de um único emprego no setor regular tem um custo por volta de US\$ 3 mil, e no de confecções têxteis chega a US\$ 600. Em comparação, para a instalação da Volkswagen em Resende, seriam necessários US\$ 160 mil para criação de um único emprego direto (GRIEGO, 1997: 156).

para importações), e outros como o de autopeças tornaram-se extremamente competitivos, participando ativamente das exportações brasileiras. Mas após a abertura do setor de autopeças que "é fundamental para dar conteúdo nacional à indústria automobilística" (GORENDER, 1996: 21), está sofrendo o impacto da competitividade desigual, principalmente por causa das baixas tarifas de importação e pelos incentivos fiscais, que segundo GORENDER (1996), foi proporcionado pela medida provisória nº 1483 que diminuiu as tarifas de importação para 2%. Após a abertura, as importações aumentaram 199% de 1990 a 1995, enquanto que a compra de autopeças nacionais pelas montadoras aumentou apenas 26%, e as exportações cresceram 40% de 1990 a 1994. Mesmo o aumento da produção nacional de autopeças ter crescido 35% no período de 1990 a 1995, o desemprego no setor aumentou e chegou neste mesmo período a 30%, devido principalmente ao aumento da produtividade por empregado que atingiu 80%, por causa das inovações tecnológicas. Portanto, a abertura econômica também gerou uma série de fusões e compras destas empresas por capitais internacionais, caminhando para um verdadeiro desmantelamento do setor.

Desde início dos anos 1980, o Brasil vinha apresentando superávit na balança comercial, mas com a abertura indiscriminada das fronteiras, a balança cambial e os juros abusivos, levaram o país a acumular consecutivos déficits que neste período de crise é altamente preocupante. Como mostra o quadro abaixo.

O endividamento externo e a declaração da moratória demonstraram que o Brasil é um dos maiores devedores entre os países subdesenvolvidos, dívida que se agrava com as obrigações de juros e amortizações em volume crescente, devido aos períodos de renegociações e de rolagem, alcançando em 1999 o valor de US\$ 198.493 milhões com bancos internacionais.

No Brasil, as conseqüências da nova ordem econômica começaram a ser sentidas, mais intensamente, a partir de 1995, quando passaram a ganhar proporções políticas as reclamações de setores industriais, alegando prejuízos crescentes e riscos de aumento do desemprego nas áreas automobilísticas, têxteis, calçadistas e de brinquedos, devido principalmente à mudança no câmbio, originando imensa procedência de produtos asiáticos. As alegações de sucateamento tiveram impacto, principalmente, quando a taxa de desemprego aumentou nos setores de mão-de-obra especializada.

Não foram apenas as empresas privadas que sentiram o impacto da nova política econômica do governo FHC, as estatais brasileiras foram os principais alvos da política privatista, sendo o meio mais fácil e rápido para o governo arrecadar capital. Com as últimas privatizações, o Brasil cedeu

definitivamente as concessões reclamadas por Washington, mostrando uma proposta de desnacionalização completa dos serviços prestados por estas empresas, que não são mais nacionais. Para completar a generosidade liberalizante, o próximo alvo será a PETROBRÁS, onde haverá, com sua venda, uma desestruturação completa da indústria brasileira do petróleo.

A privatização do setor de telecomunicações, e a desconfiança da lisura do mesmo, já apontado antes dos escândalos dos grampos, que gerou a demissão de um ministro e três funcionários do alto escalão do governo, são também denunciado pelo jornal "O Farol" em junho de 1998, que descreve em um dos seus artigos que a privatização das telecomunicações foi uma doação, uma violação à segurança nacional do país, que terá seu futuro comprometido como nação soberana e que não há justificativa lógica para essa privatização, transformando um sistema integrado de telecomunicações em um emaranhado de fragmentos desconjuntados e desarticulados, além do que, o setor seria controlado por transnacionais, sem qualquer compromisso estratégico com o país. Ficando claro para muitos que as privatizações estão sendo realizadas para cumprir as exigências internacionais e dar sustentação econômica ao governo.

Quadro 1 – balança comercial brasileira de 1990 a 1999.

Ano	Exportação em US\$ Milhões FOB ¹²	Importação em US\$ milhões FOB	Saldo em US\$ milhões FOB
1990	31.413,756	20.661,362	10.752,394
1991	31.620,459	21.041,458	10.579,001
1992	35.792,986	20.554,091	15.238,895
1993	38.554,769	25.256,000	13.298,769
1994	43.545,163	33.078,690	10.466,473
1995	46.506,282	49.857,613	-3.351,331
1996	47.746,728	53.301,023	-5.554,295
1997	44.478,116	51.334,264	-6.856,148
1998	51.140,000	57.730,000	-6.590,000
1999	48.011,000	49.210,000	-1.190,000

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior – SECEX.

É indispensável lembrar, ainda, o apoio que a maioria dos industriais nacionais tem dado a política econômica neoliberal do governo, mesmo que

¹² FOB (Free on Board ou Livre a Bordo), significa que o custo do frete e o seguro não estão incluídos no custo das mercadorias.

grande parte desses empresários esteja sofrendo junto com a sociedade civil o maior peso da crise. Mas ao mesmo tempo, os empresários não se identificam com as políticas de industrialização proposta pela oposição¹³, que tem interesse no desenvolvimento das indústrias nacionais, com alternativas como a reserva de mercado em certos setores, maior diversificação da produção, aumento da poupança interna, concessões à iniciativa privada de serviços públicos pouco investidos (RANGEL, 1985), entre outros atributos que beneficiariam as empresas nacionais. As micros e pequenas empresas teriam, segundo as várias propostas da esquerda brasileira um papel significativo, pois seriam as escolhidas para diminuir o número assustador do desemprego, principalmente nos setores agro-industrial, alta tecnologia e têxtil, entre outros como o de serviços.

O combate à inflação concretizado pelo Plano Real afetou as exportações brasileiras pela imposição de controle as taxas de juros e de câmbio. A política de juro alto encareceu e restringiu a produção, trouxe uma competição governamental com a venda de papéis públicos e estimulou a tomada de recursos no exterior, aumentando o endividamento externo¹⁴. As críticas empresariais e dos exportadores têm encontrado reação fêrrica do Banco Central e promessas de revisão paulatina, com a estabilização econômica emergente, que talvez nunca chegue de fato. Outro fator que ajudou na diminuição das exportações foi o abandono do governo às políticas agressivas de exportação, que vigoraram nos governos militares dos anos 1970 e 1980, passando o país a partir de 1995 a acumular déficits em sua balança comercial.

A carga tributária é outro fator que coloca o Brasil numa situação complicada, já que possui a maior do mundo referente à incidência dos impostos indiretos, como no caso do leite em pó, que tem um atributo de

20,65%, enquanto na Europa é de apenas 6%, o suco de laranja tem 20,65% de impostos, 10% no México e 0% nos Estados Unidos.

O Brasil é o país Latino-americano que possui o maior e mais completo parque industrial, mas que vem se desestruturando com a atual política econômica e agravando-se ainda mais com a incidência tributária que sofre os produtos nacionais, causando um impacto desfavorável sobre seus produtos e serviços.

A zona de livre comércio para o setor agrícola com alíquota zero é inviável para o Brasil, não conseguindo uma harmonização das políticas econômicas com os países membros. O Brasil tem carência na concorrência de produtos agrícolas como o trigo, produtos lácteos de baixo valor agregado, feijão, arroz, entre outros.

Para mostrar a fragilidade brasileira frente ao comércio internacional, é interessante observarmos que o país não consegue superar o comércio com a Argentina, que confirmou ser o principal parceiro comercial, exportando em 1998, US\$ 8.028.108 mil contra 6.747.109 mil do Brasil.

A dificuldade de harmonização com os demais países da América do Sul e fundamentalmente com a Argentina está na falta de um projeto de desenvolvimento nacionais que abranja os setores industriais e sociais, já que o Brasil possui o maior número de analfabetos do Mercosul, chegando a 18% numa população de quase 200 milhões de pessoas, entre outros graves problemas que deveriam ser resolvidos antes da desastrosa aventura brasileira pela nova ordem mundial.

Portanto, a idéia central nesta nova fase do capitalismo é "adaptar-se" às novas exigências e obrigações o qual a sociedade é submetida, já que a globalização é expressão das forças de livre comércio, onde os produtos circulem livremente, e todos os campos da vida social devam ser submetidos à valorização do capital privado. Contudo, é interessante acreditarmos que possamos superar todas as dificuldades deste período de estagnação, mas para isso precisamos adotar uma série de medidas para a retomada do desenvolvimento econômico perdido após a abertura das fronteiras, ao invés de nos "adaptarmos" as novas exigências e obrigações que o capital externo exige.

Referências bibliográficas

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução de Antônio de Pádua Demei. São Paulo: HUCITEC, 1996.

¹³ As propostas de políticas de desenvolvimento industrial da esquerda brasileira talvez não seja tão consistente ou não seja uma proposta alternativa que venha de encontro aos interesses dos empresários (projeto de desenvolvimento nacional) e da nação como um todo, que se beneficiaria com um novo impulso industrial, rotineiros nas fases depressivas do capitalismo industrial através das substituições de importações feitas no país e que diminuem nesta nova fase depressiva que ainda vivenciamos.

¹⁴ Devido à crise econômica, o Brasil recebeu das instituições lideradas pelos EUA, um crédito de R\$ 41,5 bilhões, que agrava ainda mais a dependência do país frente ao centro do sistema capitalista. Em toda a história envolvendo empréstimos obtidos no exterior, pelo Brasil, todos eles foram empréstimos casados, e a exigência sempre e que parte deste dinheiro volte para o país de origem em forma de aquisição de produtos industrializados ou para pagamentos de juros das dívidas anteriores.

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- GORENDER, Jacob. Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho. In: *Estudos Avançados*. Instituto de Estudos Avançados. Série: assuntos internacionais – 47. USP. São Paulo, 1996.
- GRIECO, Francisco de Assis. *O Brasil e a globalização econômica*. São Paulo: Aduaneiras, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial: Os novos blocos de poder e o sentido da crise. In: *Terra Livre*. São Paulo: Associação Geográfica Brasileira, n. 9, jul-dez/1991, p. 103-128.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Tradução: Wanda Caldeira Brant. Petrópolis, RJ: VOZES, 1998.
- HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Livre comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 33-75, janeiro-março de 1998.
- IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. *Cadernos de Problemas Brasileiros. Revista de Problemas Brasileiros*. n. 318, nov-dez/1996. *Jornal o Farol*, Rio de Janeiro, Junho de 1998.
- KRUGMAN, Paul. *Internacionalismo Pop*. Tradução de Ivo Korytowsk. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LINS, Hoyedo Nunes. *Palestra realizada no Centro de Ciências da Educação - FAED*. Florianópolis: UDESC, 1996. (Fita de vídeo – VHS).
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *Revista Geosul*. n. 3., 1º semestre de 1987. UFSC, Florianópolis.
- _____. Armen. Notas sobre o Processo de Industrialização no Brasil. *Boletim do Departamento de Geografia. FFCL de Pres. Prudente*. Presidente Prudente, 1969.
- OLIVEIRA, Rubens Araújo de. *El Mercosur y su influencia sobre el sector industrial de Santa Catarina*. Madrid: Universidad de Alcalá, 1993. (Tesis, grado de Doctor).
- PAZZIANATO, Luiz Alceu; SENISE, Maria Helena Valente. *URSS: Formação e queda de um império*. São Paulo: Ática, 1982.
- PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- RANGEL, Ignácio M. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: J. Z. E., 1985.

- _____. Intermediação Financeira e Crise. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 1995. Pág. 57-64.
- RUDZII, Guntheer. A Guerra Fria e nova ordem mundial. *Informa*. São Paulo: Associação Geográfica Brasileira, n. 43, set/1992.
- SANTOS, Milton. O retorno do território: In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 1994, p. 15-20.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico – científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SILVEIRA, Márcio Rogério. A derrocada da URSS perante a Guerra Fria dá um novo impulso à globalização. *Jornal da FAED*. nov/1997, p. 4.
- _____. A privatização dos Recursos Hídricos. *Jornal Fala ETF/SC*. jul/1998, p. 07.